

O PAPEL DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR NO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ODS (14)

Keylla dos Santos Oliveira (Universidade de Taubaté)

Rayssa Caroline Marengo (Universidade de Taubaté)

Ma. Elaine Cristina Rodrigues de Moura (Universidade de Taubaté)

O oceano cobre cerca de 365 milhões de km², que corresponde a aproximadamente 72% da superfície da Terra, sendo o responsável por fornecer metade do oxigênio da atmosfera, por conseguinte afigurando-se essencial no combate aos efeitos adversos das mudanças climáticas provocadas pela emissão dos gases de efeito estufa. Entretanto, com o avanço da exploração marítima, a pesca ilegal e o despejo de resíduos nos oceanos, esse grande regulador das condições climáticas passou a receber maior atenção e preocupação por parte dos Estados ao redor do mundo. Em 1994 foi criada a Convenção do Mar, atualmente composta por 320 artigos e 9 anexos que regulam todos os aspectos oceânicos, incluindo os direitos e deveres dos Estados costeiros, a transferência de tecnologia, entre outros. Com a criação do Tribunal Internacional de Direito do Mar os países, incluindo o Brasil, assinaram o tratado conhecido como Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), passando a partir de então a poderem ser responsabilizados pelo seu descumprimento perante o Tribunal. As mudanças climáticas são visíveis em todo o planeta, como demonstram as recentes enchentes que assolam o estado do Rio Grande do Sul. Diante disso, emerge o dever de lutar pela qualidade de vida não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, assim como a preservação e o cuidado com os oceanos revelam-se fundamentais para a continuidade da vida na Terra. Este estudo tem como objetivo evidenciar a extrema importância dos Tratados firmados com o apoio das Nações Unidas para a proteção dos mares e oceanos, bem como demonstrar como as ações e sanções resultantes desses acordos contribuem para a preservação desses ecossistemas. A pesquisa realizada pelo método qualitativo foi baseada em livros e fontes oficiais da Organização das Nações Unidas. Verificou-se que, por meio da criação de Tratados como o Tratado de Alto Mar — o primeiro tratado global voltado à proteção da biodiversidade marinha em águas internacionais —, a Organização das Nações Unidas tem atuado na gestão da pesca, proteção das águas marinhas e combate à pirataria. Ainda que a pauta da proteção dos oceanos não seja recente, ela ganhou maior destaque com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo inclusive tema da próxima Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30). Assim, é possível afirmar que a pressão internacional exerce papel fundamental para que os Estados se comprometam com a preservação dos mares e oceanos, combatendo crimes ambientais e promovendo a cooperação global para o equilíbrio climático.

Palavras chave: Oceanos; Mudanças Climáticas; Tratado Internacionais.